

A Extensão Universitária: Indicadores de Qualidade para Avaliação de sua Prática – Estudo de Caso em um Centro Universitário Privado

Área Temática de Avaliação Institucional da Extensão Universitária

Resumo

O presente trabalho compreende uma pesquisa sobre a extensão universitária em um centro universitário privado da região sudeste. Foi realizado um estudo de caso que objetivou identificar e definir um conjunto de indicadores de qualidade para avaliar a prática da extensão, tomando como suporte teórico preferencial o eixo da qualidade na educação. Para tanto, foi proposto um modelo avaliativo referenciado pelos indicadores de qualidade que tomam como eixos norteadores da extensão a relevância acadêmica, e a relevância social. Os resultados obtidos apontaram que, apesar do forte investimento institucional, quando uma Instituição de Ensino Superior (IES) desconhece os indicadores de qualidade da extensão, ocorre uma depreciação e subaproveitamento da atividade, tanto do ponto de vista acadêmico quanto social. Os indicadores de qualidade da extensão orientados por um modelo avaliativo podem levar uma IES a sair de uma posição pragmática e informal para um planejamento integrado e responsivo dentro do novo paradigma de ensino superior imposto pela realidade atual.

Autora

Ângela Ribeiro Rodrigues – Psicóloga, Profa. da Newton Paiva, Mestre em Engenharia de Produção/UFSC, Especialista em Avaliação Institucional/UnB

Instituição

Centro Universitário Newton Paiva

Palavras-chave: avaliação; extensão universitária; indicadores de qualidade

Introdução e objetivo

Com o cenário globalizado, a dissolução do poder do Estado e o aumento da estratificação social, a sociedade tem cobrado das Instituições de Ensino Superior (IES) e das organizações de um modo geral serem socialmente responsáveis. Na universidade essa função social fica associada, não só, mas principalmente à atividade de extensão. A extensão fica então situada como campo estratégico para a construção da cidadania da população atendida, para a formação crítica e implicada dos alunos, futuros profissionais e para a possibilidade concreta de transformação social das comunidades. Contudo, o que se observa na prática é o desconhecimento ou equívocos quanto à concepção de extensão, sua metodologia de trabalho e os critérios e os indicadores de qualidade que norteiam a sua práxis.

Assim, esta pesquisa objetivou identificar e definir os indicadores de qualidade da extensão universitária, através da investigação da concepção do conceito de extensão e da sua articulação com as atividades de ensino e de pesquisa e atuação interdisciplinar. Propôs ainda um modelo avaliativo referenciado pelos indicadores de qualidade e o estudo de caso em uma IES privada, com os resultados, a análise e as conclusões finais.

A revisão bibliográfica que possibilitou identificar e definir os indicadores de qualidade da extensão universitária partiu da concepção de ensino superior não dentro dos princípios constitucionais classificatórios, mas tomando como referência o critério de qualidade que baliza o ensino de terceiro grau, independente de ser universidade, centro

universitário, faculdade ou instituto superior. Este eixo da qualidade na educação percorreu todo o trabalho e é considerado como suporte teórico preferencial. A qualidade na educação pressupõe levar em conta a especificidade desse campo e da sua função social. Isso significa, no plano universal, buscar soluções para os distintos problemas científicos, educativos e culturais relacionados com a sociedade em geral. Nesta perspectiva, qualidade não é competitividade, a contínua guerra para vencer em todos os planos os competidores, mas, ao contrário, solidariedade, com ênfase nos processos e na possibilidade de construção de um projeto político-pedagógico, cuja lógica ultrapasse a mera medição ou quantificação baseada somente no resultado final e se esforce para compreender os significados das redes de relações cuja tessitura constrói a universidade e funde valores, princípios e parâmetros para as ações (SOBRINHO, 2000).

Para a revisão bibliográfica sobre a concepção de extensão resgatou-se a sua história a partir de seus principais interlocutores, como as IES, o movimento estudantil organizado e o MEC, tomando por referência os estudos de Faria (2001), Gurgel (1986), Nogueira (1999), Sousa (2000) e Tavares (1996). Estes estudos permitiram a identificação dos indicadores de qualidade tomando como eixos norteadores da atividade a relevância acadêmica, que é a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa e a atuação interdisciplinar e, a relevância social que é a relação da extensão com a sociedade.

A atividade de extensão é incorporada como uma das atividades das IES somente na década de 80, após o ensino que foi implementado desde a criação da universidade e a pesquisa assimilada posteriormente. Dentro deste novo paradigma, a produção do conhecimento e do saber, além da formação de recursos humanos, se daria numa relação direta com a sociedade, num processo de troca e complementaridade, constituindo-se em instrumento de transformação social. (TAVARES, 1996).

Historicamente, o Brasil é influenciado por dois modelos de concepção de extensão, o modelo europeu, que vai utilizar-se de conferências e cursos para qualificar a mão-de-obra exigida pela Revolução Industrial do século XIX, durante a vigência das universidades populares e a do modelo norte-americano, de prestação de serviços na área rural. Durante todo o período do Estado Novo até o Golpe de 1964, esses dois modelos são os que vigoram nas universidades, mas diferentemente dos modelos originais, não há uma implicação pessoal do coordenador –professor pelo sucesso dos projetos. Os cursos e conferências atingem, principalmente, uma camada mais privilegiada da população, sendo que na assistência técnica ao agricultor qualquer problema surgido seria de responsabilidade do produtor.

Somente em 1987, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão é que se tem nas universidades uma discussão mais formalizada sobre a extensão com espaço para reflexões e elaboração de propostas e diretrizes conceituais, políticas, metodológicas e operacionais da extensão universitária no país. Apesar do Fórum se compor apenas por IES públicas e em 1997 rechaçar o apelo do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) para a sua ampliação no sentido de acolher como integrantes as IES em geral, sua influência alcança as outras instituições e os conceitos e, as diretrizes políticas da ação extensionista são utilizadas como parâmetros de qualidade.

As concepções de extensão a partir do Estado, presentes na legislação de 1931 do Ministério de Educação e Cultura (MEC), colocam a extensão com papel de destaque na execução do que se considera como função da universidade, elevar o nível de cultura do povo. Tanto essa legislação, quanto a Lei 4024/61 reforçam a extensão como cursos e conferências e, na prática, na maioria das vezes dependentes, mas desvinculados das atividades de ensino e de pesquisa. Já a Lei 5540/68 assume a indissociabilidade entre as atividades de ensino e pesquisa, e elege a prestação de serviços de cunho assistencialista como prioridade das ações extensionistas e os estudantes como principais protagonistas dessas ações.

Para Tavares (1996), é inegável o status da extensão como mais uma “função precípua” ao lado do ensino e da pesquisa, passando assim a ser compulsória, e pelo Decreto-Lei 916, de 17/10/69 é efetivada a articulação entre a extensão universitária e o estágio. O MEC elaborou o Plano de Trabalho de 75, onde se pode fazer destaque para a operacionalização da extensão através da idéia de comunicação com a sociedade numa relação de mão-dupla, universidade-sociedade, para a integração com as funções de ensino e pesquisa e com a sociedade, para a articulação, em nível nacional, das diferentes experiências de extensão e para o cumprimento da missão social, numa atuação mais participativa da universidade.

Atualmente, o que se pode observar é que existe uma abertura por parte do MEC e das IES, representadas pelo Fórum de Pró-Reitores, em encontrar uma forma de integração e de diálogo sobre o tema, ainda que, no interior do MEC, conforme observa Nogueira (1999, p. 246) “existam setores com poder e atribuição para elaborar política para o ensino superior brasileiro, cuja visão da ação extensionista remonta ao início deste século”. Já a concepção de extensão na práxis estudantil foca prioritariamente ações concretas na direção do compromisso com as classes populares, não de forma assistencial, mas com a intenção de conscientizá-las sobre os seus direitos. Segundo Sousa (2000), observa-se um esforço de soerguimento da UNE, no sentido de responder aos interesses estudantis, através da organização de Empresas Juniores. É uma nova forma de participação estudantil, no formato de parceria, que demarca uma mudança no cenário político cultural do País.

A influência das IES na concepção da extensão associada às outras influências, do MEC e do movimento estudantil, com seus acertos e, críticas aos seus equívocos, balizam os critérios de uma extensão de qualidade em prol de uma universidade mais próxima da realidade do seu tempo.

Em termos gerais, é possível concluir que a concepção de extensão está vinculada às diferentes práticas e modalidades desenvolvidas pelas IES, refletindo a força da legislação e a ideologia da instituição ou da sociedade em que está inserida. Para efeito do presente estudo, considerar-se-á a partir da análise aprofundada de alguns autores (FARIA, 2001; NOGUEIRA, 1999; SOUSA, 2000; TAVARES, 1996), a concepção de extensão como articulada ao ensino e à pesquisa enquanto posição estratégica de trabalho social, que visa interferir no processo de transformação da sociedade e enquanto oxigenação necessária à vida acadêmica. Na presente pesquisa, os indicadores de qualidade da extensão universitária foram traduzidos em um modelo avaliativo. Este fornece informações importantes que funcionam como referência teórica e prática para o desenvolvimento da atividade dentro dos novos paradigmas de IES exigidos pela sociedade atual.

Metodologia

Modelo de avaliação baseado em indicadores de qualidade da extensão universitária integrada e responsiva – estudo de caso

O modelo avaliativo proposto objetiva que a construção e utilização de uma metodologia baseada em indicadores de qualidade da extensão universitária possibilitem avaliar a sua prática, subsidiando o planejamento e a melhoria contínua de suas atividades e ações.

O modelo avaliativo foi aplicado em um centro universitário privado situado na região sudeste do País, no período de agosto de 2001 a julho de 2002. Esta IES faz um grande investimento na atividade extensionista através de sua Reitoria e o curso escolhido para o estudo de caso abarca mais de 50% dos projetos de extensão da organização. A instituição universitária foi fundada na década de 70 como faculdade e em 1997 foi reclassificada como centro universitário. Na década de 90 foi criada a coordenação de extensão na organização e

em 1996, com a reforma curricular houve uma ampliação significativa da atividade de extensão junto ao curso analisado.

O modelo avaliativo que foi aplicado nesta instituição é baseado em indicadores de qualidade da extensão universitária integrada e responsiva. Integrada, no sentido de um compromisso acadêmico de articular a extensão com as atividades de ensino e de pesquisa e com a ação interdisciplinar. Responsiva, no sentido de responder às demandas e necessidades da sociedade, não numa relação assistencialista e imediatista, mas numa relação de troca para transformação da universidade e da sociedade.

Os principais componentes do modelo, determinantes da qualidade da extensão são os critérios organizacionais, os critérios sociais, os critérios pedagógicos e os critérios de produção científica.

Os critérios organizacionais evidenciam o perfil político-institucional de gestão da extensão. Eles estão associados a seis indicadores com variáveis qualitativas que buscam traduzir a formalização da extensão na estrutura organizacional universitária, no sentido de verificar se foram criadas normas e resoluções que regulamentam os projetos e outras atividades extensionistas. Buscam averiguar também a existência de mecanismos que favoreçam a integração dos conhecimentos e da extensão com as atividades de pesquisa e de ensino, além da criação de dispositivos que favoreçam o planejamento de ações interdisciplinares e se a missão da universidade incorpora a função extensionista e como ela é operacionalizada institucionalmente. Os indicadores agregam também as variáveis sobre a classificação das atividades e informatização dos dados da extensão e criação de banco de dados dos projetos extensionistas que indicam se o planejamento institucional incorpora a atividade de extensão e busca operacionalizá-la de modo a facilitar a sua integração com o ensino e a pesquisa e com os projetos sociais de outros cursos.

Os critérios sociais estão associados a cinco indicadores que demarcam o nível de integração entre a IES e a comunidade de sua área de influência, no sentido de averiguar como a extensão está presente na sociedade e como a universidade interage com esta sociedade no sentido de transformações recíprocas. Dos cinco indicadores ligados ao critério social, três deles evidenciam o tipo de parcerias institucionais e da clientela atendida e os outros dois o impacto das ações e atividades extensionistas, sendo que um mede o efeito da extensão na comunidade e o outro o efeito da extensão no projeto pedagógico do curso e da instituição. É importante evidenciar o nível de participação da clientela atendida e verificar se a parceria se faz numa relação de troca e não numa relação assistencialista e que se privilegie a clientela que necessita dos serviços da universidade para transformação de sua realidade.

Os critérios pedagógicos evidenciam o plano pedagógico-institucional de articulação da extensão com o ensino e a pesquisa e a ação interdisciplinar. Dos treze indicadores ligados ao critério pedagógico, dois se referem à estrutura administrativa da extensão e à forma de operacionalização e integração da atividade de extensão com as outras atividades de ensino e de pesquisa; seis indicadores se referem à formação do aluno, três deles quanto à forma de participação nos projetos de extensão e ao impacto da extensão na sua formação profissional, ética e de cidadania; e os outros três quanto à forma de participação nos projetos de extensão: bolsista, voluntário ou com validação curricular. Para averiguar a participação dos professores nos projetos, três indicadores averigam o número de docentes, titulação e carga horária de dedicação à extensão em relação às atividades de ensino e de pesquisa e, para averiguar a formalização da atividade são utilizados dois indicadores, um quanto à natureza da atividade e outro quanto à classificação das atividades segundo o tipo (eventos, cursos, produtos, dentre outros).

E por último, os critérios de produção acadêmica, que se referem aos produtos resultantes dos projetos e ações extensionistas. Estes indicadores são importantes porque refletem os resultados da extensão. Eles se traduzem em cinco variáveis quantitativas e

qualitativas que envolvem desde a produção de um livro, artigo, cartilha, CDs, até a participação em exposições e a comunicação em eventos das ações de extensão desenvolvidas. A importância dessa produção é evidenciada não só pelo volume e quantidade dos produtos como também pela qualidade da produção, que pode ser obtida através de análise de conteúdo amostral da produção científica.

O modelo está focado numa avaliação interna que busca levantar dados qualitativos e quantitativos dos programas e projetos de extensão. Os principais atores sociais são os professores-coordenadores e supervisores de projetos e programas de extensão e os estagiários bolsistas. São também ouvidos e observados em ação os interlocutores hierárquicos internos envolvidos com a extensão. Os instrumentos utilizados são questionários, entrevistas, observação participante e levantamento documental.

O modelo pressupõe cinco fases na sua implementação conforme Fig. 1. Todo este processo não deve ultrapassar o período de um ano, para que os dados não fiquem defasados e promovam um efeito na população-alvo.

Descrição da Realidade → Sensibilização dos Atores Sociais → Identificação dos Indicadores → Diagnóstico/Coleta de Dados → Análise e Produção de Relatório Final.

Figura 1 – Fases para a Avaliação da Extensão Universitária

Na fase inicial de descrição da realidade deve-se levantar a atividade de extensão na IES e junto ao curso pesquisado para assimilar a realidade em suas dimensões intrínsecas, bem como situar a extensão universitária no contexto institucional numa perspectiva histórica e organizacional. Para este levantamento e descrição utilizou-se como fonte, no presente estudo, a investigação de caráter documental e histórico-oral.

Na fase de sensibilização, o avaliador que propõe todo o processo deve inicialmente, sensibilizar pessoas em posições estratégicas junto ao curso, projetos e núcleos de extensão a formarem uma comissão representativa do grupo. Essa comissão terá como objetivo discutir e planejar todo o trabalho avaliativo e de caracterização da extensão. No entanto, as mudanças só podem ocorrer se houver uma conscientização das pessoas envolvidas com a extensão universitária.

Na fase de identificação dos indicadores de qualidade, a comissão que foi definida na etapa de sensibilização ficará encarregada de pesquisar quais indicadores da atividade de extensão descritos no referencial de indicadores vai se adequar à especificidade institucional e do curso investigado tomando como parâmetro a missão institucional, o sistema organizacional e as atividades e ações de extensão desenvolvidas. Esta comissão, através de uma abordagem participante, se encarregará de retornar as informações aos grupos envolvidos com a atividade de extensão, de uma forma sistemática e organizada através de reuniões colegiadas.

Na fase de diagnóstico e coleta de dados são aplicados os instrumentos de avaliação que permitem o levantamento e a análise da situação encontrada, e na última fase tem-se o conhecimento dos resultados que produz um processo de auto-análise e autocrítica e faz com que haja motivação e desejo de mudar a situação.

Resultados e discussão

Os resultados da pesquisa quanto às políticas institucionais de gestão da extensão indicam que toda a documentação privilegia a atividade de extensão, desde a sua incorporação na missão institucional até a presença da atividade nos projetos pedagógicos dos cursos e na sua relação com o ensino e a pesquisa. No entanto, na operacionalização dos projetos não se definem os mecanismos de integração e articulação dos projetos entre si. Isto faz com que se

deixe de perceber a extensão como saída estratégica para dinamizar o ensino e a pesquisa que funcionam de forma estanque, cada um com o seu feudo. A baixa remuneração para o acompanhamento das atividades de extensão acaba criando uma cultura organizacional informal. Fica a cargo do interesse e do envolvimento pessoal do professor ampliar a atividade através de parcerias com órgãos públicos, bem como levantar a necessidade de capacitação dos parceiros externos. A exceção fica por conta dos coordenadores de núcleos e centros de extensão que têm carga horária maior e remuneração melhor. Portanto, a qualidade depende mais da abnegação dos professores que de um planejamento estratégico do setor.

Quanto às políticas sociais de relação da IES com a sociedade, 90% dos projetos tem parceria com os órgãos públicos e instituições sem fins lucrativos. Pode-se contar com os parceiros externos na divisão de tarefas, mas muito pouco para o financiamento das ações extensionistas. Em relação à renda a maioria da clientela atendida pelos projetos extensionistas apresenta uma renda mensal de até um e mais de um a cinco salários mínimos, o que evidencia um atendimento preferencial dos projetos às populações carentes e de baixa renda, portanto, populações socialmente desprivilegiadas.

Os efeitos da ação da extensão no projeto pedagógico indicam que 98% dos projetos tem interlocução com a atividade de ensino, sendo que, 85% dos projetos estão vinculados aos estágios curriculares; 8% deles gerou disciplina eletiva; 8% gerou cursos de extensão de curta duração e 8% alcançou maturidade suficiente para gerar cursos de pós-graduação. Já com a pesquisa apenas 36% dos projetos tem interlocução com esta atividade, o que evidencia a necessidade de um maior investimento na pesquisa relacionada à extensão ou de um melhor plano estratégico para a área.

Por último, os resultados quanto à produção acadêmica indicam que, do total levantado, 64% se refere à produção de artigos de iniciação científica dos alunos envolvidos nos projetos. Este potencial poderia ser mais bem aproveitado institucionalmente, já que o destino da maioria deles é o engavetamento. Em número significativamente menor de 7% a 6%, tem-se a produção de revistas e cartilhas de prevenção; monografias dos alunos ao final do curso; artigos docentes e projetos de extensão dando origem à inserção em mestrados e doutorados, tanto por parte dos docentes, quanto dos discentes. Na divulgação interna 87% a 90% dos projetos participam e promovem eventos internos nos auditórios e salas de aula e 30% leva essas discussões para a comunidade por meio de palestras. Em número menos significativo de 7% a 8% dos projetos é divulgado através de seminários externos; conferências regionais e nacionais e participação em passeatas e movimentos sociais.

A análise dos resultados indica que apesar do forte investimento da IES pesquisada na atividade de extensão e a mesma ser apontada como um diferencial na formação dos alunos, a postura pragmática e informal na operacionalização dos projetos de extensão leva a uma fragmentação entre as atividades-fim, ainda que nos documentos e discursos as três atividades, de ensino, de pesquisa e de extensão apareçam integradas. De positivo se observa um forte comprometimento institucional com populações de baixa renda, ainda que os projetos acabem por beneficiar em médio prazo mais os alunos que a comunidade atendida, no sentido de transformação social. Os indicadores revelam desconhecimento na comunidade científica da amplitude da atividade de extensão e como consequência uma relação mais assistencialista, imediata e filantrópica com a comunidade que de estímulo ao crescimento e autonomia.

Quanto ao plano pedagógico, a articulação com o ensino através do estágio curricular acontece de fato no curso pesquisado e este procedimento é considerado o melhor instrumento de viabilização da extensão porque garante a sua continuidade. A integração extensão e ensino é estimulada pela Reitoria e planejada a cada semestre, ainda que sujeita a equívocos porque a orientação vem de cima para baixo e sem a capacitação necessária dos professores. Já a articulação da extensão com a pesquisa e a ação interdisciplinar se coloca aquém da

potencialidade dos projetos. Os indicadores apontam a necessidade de se criar dispositivos administrativos de integração dos projetos. Quanto à produção acadêmica, a extensão é utilizada de forma efetiva para se dar visibilidade à IES através dos projetos sociais.

A instituição participa de vários concursos e tem sido premiada regional e nacionalmente com os projetos de extensão que desenvolve junto à comunidade, principalmente com os projetos associados aos centros e núcleos de extensão. A análise dos resultados indica a necessidade de ampliação de um registro efetivo de informações sobre as experiências dos projetos de extensão, pois isto é feito informalmente por cada professor, perdendo-se no tempo dados significativos de evolução e efetividade das ações extensionistas.

Conclusões

Sem a pretensão de que as conclusões aqui apresentadas contemplem a complexidade das IES no que diz respeito à atividade da extensão, já que a investigação feita se restringiu à atividade extensionista de uma única instituição de ensino superior, nada impede que possam ser estabelecidas algumas relações entre o que se observou na organização do estudo de caso e a realidade das IES mais geral.

Os estudos apontam que, a falta de planejamento e o conhecimento do que seja de fato uma extensão universitária influi no resultado do trabalho. O desconhecimento dos indicadores de qualidade promove desperdício de recursos; subutilização da potencialidade inerente aos projetos e fragmentação entre as atividades de extensão com as atividades de ensino e de pesquisa.

A falta de uma política de extensão bem definida e balizada em indicadores de qualidade constitui-se no grande problema ao bom desempenho das atividades extensionistas. A desvalorização do corpo docente que se dedica à atividade de extensão, pela baixa remuneração salarial, calculada apenas para supervisionar os alunos, sem incluir a orientação à pesquisa de iniciação científica e visita institucional aos parceiros externos, necessárias ao sucesso do projeto influi na falta de implicação dos professores e alunos com o compromisso de transformação social das comunidades e populações atendidas, bem como o desconhecimento de que esses indicadores também fazem parte do compromisso político-social inerente à atividade.

Portanto, conclui-se que os indicadores oferecem parâmetros para se atingir os objetivos de uma extensão universitária de qualidade e a avaliação permite que os indicadores de extensão sejam incorporados à cultura institucional, cumpram o seu papel e tornem possível a realidade de um ensino superior engajado no seu tempo.

Referências bibliográficas

- FARIA, D. S. (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001. 185 p.
- GURGEL, R. M. **Extensão universitária** – comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986. 182 p.
- NOGUEIRA, M. D. P.(org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos Básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; Fórum, 2000.194 p.
- _____. **Políticas de Extensão universitária brasileira: 1975-1999**. 1999. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.
- SOBRINHO, J. D. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: SOBRINHO, J. D. e BALZAN, N. C. (orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 15-36
- SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000. 138 p.

TAVARES, M. G. M. **Extensão universitária**: novo paradigma de universidade? 1996. 206 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.